

O Morro da Vitória: a constituição de uma comunidade no calor de um conflito

Igor Moreira de Sousa Pinto
igormoreirap@gmail.com
Universidade Federal do Ceará - UFC
Brasil

RESUMO

A pesquisa analisa como um conflito entre o Estado e um coletivo de ocupantes influenciou a constituição espacial e política de uma *comunidade*. Trata-se da *ocupação* que deu origem à *comunidade* Morro da Vitória, próximo ao Farol Novo do Mucuripe, Fortaleza-Ceará, Brasil. O Morro da Vitória nasceu da ocupação de um terreno onde o governo estadual construiria um conjunto habitacional, gerando um grande conflito fundiário que eclodiu no início de 2001. O projeto visava “remover” famílias que moravam próximas à praia, para promover intervenções viárias e paisagísticas numa área de interesse turístico e imobiliário, e reassentá-las no cimo do “morro” (campo de dunas). Porém, outras pessoas de comunidades da região ocuparam as 8 quadras e ergueram suas moradias, pegando de surpresa o governo, que tentou controlar o acontecimento pondo fim à ocupação. Foram quatro dias de despejo - “derrubadas” – mas os ocupantes resistiam e reconstruíam os “barracos”. A repercussão *midiática* gerou impacto político, fragilizando o grupo (PSDB) que governava o estado há mais de uma década, e negociações foram abertas. Analisamos o contexto do *acontecimento*, as práticas, estratégias e ações de agentes individuais e coletivos em meio à luta. Como se deu a constituição política da “comunidade” do Morro da Vitória, a criação das suas *formas* de representação e organização, como a “Comissão” e o “Barracão”, suas agências confrontadoras e mediadoras junto ao Estado, a articulação com seus aliados, a constituição do “grupo” fundador da associação comunitária e a instituição da “liderança”. No contexto de conflitos sócio-espaciais na *região*, uma peculiaridade: por que no caso do Morro da Vitória, além de ocupar, as pessoas decidiram resistir às tentativas de despejo? E como conseguiram vencer? Para entender tal fenômeno, a pesquisa mobiliza teorias sociológicas sobre práticas e estratégias, agência individual e ação coletiva, bem como analisa a emergência da dimensão moral de luta por reconhecimento. Tais cotejamentos teóricos dialogam com narrativas colhidas através de uma pesquisa relacional e afetiva que busca, além dos relatos, impressões, análises e noções dos agentes envolvidos, a partir de anos de convivência e da realização de entrevistas em profundidade, numa abordagem antropológica da política onde os “nativos”, além de informar, participam do processo de teorização a respeito dos acontecimentos, das agências e das instituições envolvidas.

Palavras-chave: ocupação; conflito; política

ABSTRACT

The research studies how a conflict occurred between the State and a group of homeless did influence in the the constitution of a “political community”, in addition to its social-spacial creation. The community is called Morro da Vitória germinated as an occupation of a ground when the State’s government would build a social project of houses to remove families that leave next of the beach to make urban projects of gentrification on the coast area, in benefit of lander and touristic capital. The project’s toward was remove the families that leaved in the area and replace them on the top of the “morro”. But other peoples of the region occupied the eight lots of the ground, when the State’s government would build the social project of houses, and did build their own houses. The State’s government, took by surprise, reacted with violence to control the situation and spell the people of the occupation. Four days of conflict was happened, this conflict has been called by the people: “derrubada”. There was a big repercussion on media and the group on government (PSDB) has been more and more weak. This research analyses the happenings, the practices, the strategies, and actions of agents in the warm of the conflict. How did the political constitution of the Morro da Vitória community the creation of his shapes of representation and organization, like the “Comissão” and the “Barracão”, their actions toward to State and to their allies, how they have created the community association and have choice of the leadership of the community. Why the people decided resist against the eviction’s order? How did they could win? To understand such a phenomenon, the research mobilizes sociological theories about the practices and strategies, individual agency and collective action, in addition to analyzing the emergency of the strife’s moral dimension by acknowledgement. Such theoretical collections speak to narratives taken through a relational and affective research where, besides the testimonies, looks for impressions, analysis and notions of the agents involved from years of coexistence and the making of the in-depth interviews, in an anthropological approach of the politics in which the “natives”, besides informing, participate in the theorizing process when it comes to the happenings, the agents and the involved institutions.

Key words: occupation; conflict; politics

I. Introdução

O presente artigo é parte de uma pesquisa que problematiza a *ocupação* e o conflito que deram origem à *comunidade* Morro da Vitória e como reagiu o Estado contra o acontecimento imprevisível na tentativa de anular tal aleatório desorganizador do seu projeto para a área. O terreno ocupado no topo do *morro* do Mucuripe, próximo ao Farol “novo”, no litoral leste de Fortaleza-Ce, destinava-se à construção de um conjunto habitacional para reassentar moradores de *favelas* próximas à praia, nos bairros Vicente Pizón e Praia do Futuro, no bojo de um projeto urbanístico de “requalificação” chamado “Farol Novo”, de iniciativa da Secretaria de Infraestrutura do governo do Estado do Ceará. Em meados de 2000, a área destinada ao conjunto habitacional, composta por oito quadras, começou a ser “ocupada”. Neste início, poucas famílias nas bordas de duas quadras. Passados alguns meses, grande grupo de ocupantes tomou o restante. Em 31 de janeiro de 2001, o governo do Estado reage expulsando os ocupantes mais recentes, derrubando “barracos” e casas mais antigas. Porém, eles se reagruparam e, na madrugada, reergueram vários barracos, reiniciando o confronto que repercutiu na *mídia*, gerou comoção social e atraiu aliados. Foram quatro dias de “derrubada” e meses de acampamento, durante um tenso impasse entre governo e ocupantes. A ação violenta do Estado e a resistência das pessoas constituíram o conflito que se estendeu no tempo e no espaço, com repercussões (também imprevisíveis àquele momento) que fortaleceram a solidariedade e a capacidade de articulação dos ocupantes. O que foi decisivo para a “vitória”, representada pela permanência na terra. O próprio “conflito” como relação social constitutiva a ligar os agentes de diferentes “campos”, pode assim ser observado no problema da pesquisa.

Chegamos assim a algumas questões a ser discutidas: como novas socialidades e arenas políticas foram geradas no *quente* da luta? Que práticas – discursivas e não-discursivas – foram ativadas no decorrer dos acontecimentos? Como os ocupantes conseguiram constituir o “grupo” organizador e mediador chamado “comissão” e, depois, instituir a “liderança comunitária”? Qual o papel dos agentes do Estado nesses processos de instituição das “lideranças comunitárias” da *região* e como se deu tal relação no caso do Morro da Vitória? Tudo isso dentro de um contexto sócio-espacial e político com configurações transformadas pela agência dos envolvidos.

Nesse contexto conflituoso, o Estado e a *política* em geral (parlamentares, movimentos etc.) são atores chave. Por isso, levantei uma hipótese que pude verificar ao

longo da minha pesquisa de mestrado: a luta pelo espaço e pela moradia é também uma luta ético-política pelo reconhecimento do direito de viver ali, ainda que em oposição às leis do mercado imobiliário e em contradição com a ambiguidade das leis e práticas do Estado.

Os ocupantes ao lutar por um interesse, um pedaço de terra, precisam conquistar legitimidade política para tal interesse, este deve ser reconhecido como direito. A pressão política deve constranger o Estado a agir na garantia de tal direito – isto num cenário onde o Estado muitas vezes age de forma oposta, como nas “erradicações de favelas” ou “remoções”. Ou seja, ou o Estado deve se ver obrigado a intervir para suprir a hipossuficiência econômica desta parte da população para adquirir terra e produzir suas moradias na região, ou age como força repressivo-*planejadora* contra este grupo populacional. O Estado é *trazido* à questão pela pressão dos interessados, mas com soluções diferentes a depender de como *joga* com a constelação de interesses em jogo. Assim, ao longo de décadas, quando o Estado intervinha na produção sócio-espacial da região, mais especificamente em relação às comunidades remanescentes das “aldeias de pescadores” e as chamadas “favelas” impulsionadas por migrações, era com projetos de “erradicação de favelas”, como veremos adiante. Apenas com os avanços, que pude constatar na pesquisa sobre através da leitura sobre “movimentos sociais urbanos” no Brasil e em Fortaleza-Ce, do reconhecimento dos “favelados” como cidadãos relevantes, fruto de décadas de luta no nível local e nacional, o Estado interveio na produção de espaço e habitações.

O Morro da Vitória foi um momento de pico nesse processo de reconhecimento que passa pela capacidade de ecoar politicamente e angariar apoio político e estima social para fazer valer sua posição, ou seja, o *direito à moradia* naquele pedaço da cidade.

II. Marco teórico

No caso do Morro da Vitória pude constatar que, além da luta “distributivista” por terra e moradia, havia outros fatores motivando as ações de resistência contra a violência do despejo. Para dar conta deste debate, aproximei-me da noção de luta por reconhecimento, de caráter moral, que incidiu nos acontecimentos, motivando ações extraordinárias e mobilizando solidariedades, o que não dá pra entender e explicar apenas com a abordagem econômica – necessidade – ou política – direito – ligadas às

questões da luta por moradia nas grandes cidades brasileiras. Remeto aqui, para aprofundar este entendimento, a Axel Honneth (2009) num diálogo entre “luta por reconhecimento” e a “teoria sociológica” de Bourdieu no que tange às lutas simbólicas de status das classes ou grupos sociais, vinculando a prestígio e estima social à questão econômica¹.

Nas sociedades modernas, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida. Contudo, o que decide o desfecho dessas lutas, estabilizado apenas temporariamente, não é apenas o poder de dispor dos meios da força simbólica, específico de determinados grupos, mas também o clima, dificilmente influenciável, das atenções públicas: quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social ou, mais precisamente, a reputação de seus membros. Além disso, uma vez que as relações da estima social, como já havia visto Georg Simmel, estão acopladas de forma indireta com os padrões de distribuição de renda, os confrontos econômicos pertencem constitutivamente a essa forma de luta por reconhecimento. (HONNETH, 2009, p. 207-208)

Dimensão moral

Sem dúvida são muitos os sentidos que a palavra luta pode significar para quem fala e para quem ouve em diferentes situações. No presente contexto não é diferente. Então, para situar-me, parto de uma noção geral de *luta* no sentido de *conflito*, que é antes de tudo, como aprendemos com Simmel (1986), relação social, com conteúdo constituinte de “sociação”, e não apenas “dissociador”². Para o pensador alemão, a “luta” é uma síntese de elementos, contraposição juntamente com composição contidas sob um conceito superior: ambas negam a “indiferença”. A luta, ao mesmo tempo em que nega, constitui a unidade – a contradição e o conflito precedem a unidade, e continuam atuando no decorrer da vida do indivíduo e das unidades sociais: “... *no hay*

¹ Para Bourdieu (2013), as “operações de classificação” referem-se também a “posições nas distribuições”, o que faz com que a luta de classes em torno do problema da distribuição seja também uma “luta de classificação”, onde a estima social é um cerne da disputa (e a depreciação é uma arma), ao mesmo tempo em que a apropriação de parcelas da distribuição de riquezas.

² Para este autor, o conflito é uma das formas possíveis de relação social, constituindo-se muitas vezes em fator de “sociação” e não sempre um fator de “dissociação”, como alguns pensam. Uma das facetas “sociadora” da “luta” é justamente o efeito de ela poder provocar de maior coesão social em determinado grupo envolvido. Não é o conflito, mas sim a “indiferença” que é “dissociadora” e, no caso estudado, o conflito constituiu-se em fator de superação da indiferença de autoridades estatais e setores da sociedade em relação ao coletivo de ocupantes, engendrando mediações e solidariedades antes inexistentes.

ninguna unidad social em que las direcciones convergentes de los elementos no estén inseparablemente mezcladas com otras divergentes.” (SIMMEL, 1986, p. 266).

Também a antropóloga britânica Marilyn Strathern (1999, p. 169), ao discutir a noção de “socialidade”, demonstra que as relações sociais não são apenas de solidariedade e empatia (como o termo “sociabilidade” dá a entender, destacadamente na língua inglesa, segundo ela), pois os conflitos também possuem forte conteúdo “relacional”. De fato, na presente pesquisa, a solidariedade surgiu como excepcionalidade, como emergência numa situação de resistência.

Comerford (1999) nas suas pesquisas sobre o movimento de trabalhadores rurais da *zona da mata* identifica pelo menos três sentidos atribuídos à palavra “luta” pelas pessoas no meio pesquisado. Primeiro, ele nota que: “O termo luta é amplamente usado pelos trabalhadores da região para caracterizar o cotidiano de trabalho dos *pobres*”. (COMERFORD, 1999, p. 19). Aqui, o trabalho é visto como “luta cotidiana”, responsabilidade de suprir a família enfrentando todo tipo de dificuldade. Neste caso, luta é associada à noção de sofrimento, e em oposição à preguiça.

O segundo significado do termo “luta” é associado aos conflitos que os camponeses enfrentam, num contexto de disputas com grandes proprietários de terras na região.

Luta é uma palavra central nas narrativas desses conflitos, e aponta para enfrentamentos concretos e prolongados, com múltiplos ‘episódios’, alguns dos quais envolvendo violência física. Na região pesquisada, remete quase sempre a um contexto de mobilizações coletivas – e de construção de comunidades (e de suas lideranças) através dessas mobilizações. Luta adquire neste contexto um sentido ético e também ‘épico’, em narrativas nas quais pessoas (inclusive aquelas que fazem as narrativas) e comunidades mostram seu valor através da resistência para manter o seu espaço, geralmente diante de agentes considerados pelos camponeses como muito mais poderosos que eles. Essas narrativas são também uma denúncia de rupturas de códigos de convivência e do respeito a valores morais e a ‘direitos’ – concebidos em termos legais e também morais. São também uma reflexão sobre o sentido da comunidade, da união e, novamente, do sofrimento – que assume, nesse contexto, um caráter mais imediatamente coletivo, ainda que mais localizado (o sofrimento dos membros de uma determinada comunidade, ao invés de todos os pobres). (COMERFORD, 1999, pp. 19-20).

Assim, articulei tais noções de “luta” à noção de “acontecimento” (FOUCAULT, 2010), para conseguir entender como um processo social não planejado pôde irromper, ter desdobramentos imprevisíveis e fazer emergir novas realidades sócio-espaciais e sócio-políticas. Entendendo que tanto o acontecimento, como seus

desdobramentos e emergências, não são *transcendentais*, mas imanentes às relações e agências, práticas e estratégias dos agentes envolvidos, numa abordagem sociológica afinada com a produção teórica de Giddens (2013), Bourdieu (1996; 2011), entre outros.

III – Metodologia

Nesta pesquisa sobre caso do Morro da Vitória, as questões foram investigadas numa perspectiva relacional (“não ver apenas as relações entre coisas, mas as coisas como relações³”) e “afetiva⁴” (não no sentido emocional, mas no sentido de afetar e ser afetado nas relações com pessoas, coisas e coletivos). Isso foi possibilitado por um longo período de convivência com as interlocutoras da pesquisa, que são agentes diretamente envolvidas nos acontecimentos e nas relações que “criaram” o Morro da Vitória. O tema da luta por moradia já fazia parte da minha vida profissional e militante desde que me formei em direito no final de 2001. A partir de então passei a acompanhar a luta do Morro da Vitória, foi quando conheci as principais interlocutoras desta pesquisa. Desde então, participamos de diferentes processos, ações, organizações no campo da luta por moradia e direito a cidade – bem como de lutas políticas. Tal relação com o campo e com os sujeitos da pesquisa também ajudou a tratar questões como as agências individuais e coletivas que marcaram o acontecimento, ao mesmo tempo singular e conectado a ciclos e processos políticos mais amplos no tempo-espço.

Porém foi necessário ajustar-me a algumas *complexidades* metodológicas. A principal é ter vivido a experiência de convivência com minhas interlocutoras antes de decidir realizar a pesquisa, ou seja, em uma situação que não era propriamente ou deliberadamente de pesquisa. Decorrente disso, a questão de como eu era “visto pelos nativos” (CICOUREL, 1969) também se tornou difícil de encaixar nas estratégias de pesquisa formuladas pela teoria científica mais “clássica”, como a relação de práticas e estratégias de “observação-participante” inventariadas pelo referido autor. Além de tudo isso, há uma distância temporal entre o(s) acontecimento(s) estudado (2001), o período de convivência mais intensa com aquelas que viriam a ser minhas interlocutoras (2005-2011) e o período do desenrolar da pesquisa sistemática ao longo do mestrado (2015-2017).

³ Strahtern, 1995

⁴ Goldman, 2006

Por isso a questão da memória e das narrativas se tornam centrais na metodologia mobilizada na pesquisa. As entrevistas cumprem, então, um papel de recapitulação de memórias coletivas e individuais (*trabalho de memória*⁵), reflexão sobre acontecimentos, construção de pontos de vista, e também levantamento de “dados” que permitem, entre outras coisas, “verificação de hipóteses”.

Tais entrevistas foram realizadas espaçadamente entre meados 2015 e de 2016 com cinco interlocutoras. Neste período, intensifiquei as visitas a estas pessoas, seja no Morro da Vitória, ou em outros lugares onde estejam morando, ou onde nos encontramos. Entre os encontros, agendávamos um momento para a entrevista gravada e semi-roteirizada, com duração de, em média, duas horas. Além de entrevistas individuais (no caso de algumas interlocutoras mais de uma), houve uma entrevista em dupla, que se demonstrou bem rica na produção de memórias. Não consegui realizar mais do tipo devido à dificuldade de reunir as pessoas, já que apenas uma das interlocutoras entrevistadas ainda mora no Morro da Vitória.

IV. Análise dos dados

A estratégia metodológica ajudou a potencializar a pesquisa a partir das experiências vividas com os agentes individuais e coletivos pesquisados. Eu já tinha quinze anos de imersão no universo pesquisado, seja o universo de “ocupações” e “movimentos sociais”, seja a *região* onde o acontecimento se inscreveu: litoral leste de Fortaleza ou “grande” Mucuripe. Mas não vivi o conflito da “derrubada” (termo com o qual os interlocutores locais designam os quatro dias de despejo promovido pelo governo do estado), no início de 2001, que desencadeou o conflito e os arranjos organizativos emergidos no decorrer da “luta”. Mas como conheci as *meninas* do Morro da Vitória em 2002 e, desde então, engajamo-nos em vários “empreendimentos micropolíticos⁶” juntos, criamos também laços de amizade. Tudo isso me ajudou a compor os relatos e as narrativas ligadas ao acontecimento, e ajudaram a embasar análises. Narrativas que minhas interlocutoras me contavam e nas quais, em geral, eram personagens ativas. Consegui reunir um bom material em entrevistas, com alto nível de profundidade – elas e eles (dois homens, um pescador e um padre, também foram interlocutores entrevistados) mostraram disposição para falar, comportaram-se como

⁵ Bosi, 1995

⁶ Ver Sá (2009): “Reflexões sobre o trabalho de campo como empreendimento micropolítico”.

estivessem à vontade para falar de suas vidas, tanto das suas participações na luta, como as conexões entre esta e suas vidas pessoais.

Assim, a opção do *caso* e dos interlocutores, permitiu-me mobilizar ferramentas teóricas das ciências sociais, confrontando-as com narrativas e noções apreendidas no campo da pesquisa. Como já disse, no caso do Morro da Vitória, além de ocupar, pessoas decidiram resistir às ações de despejo do Estado. Por que decidiram resistir e como conseguiram vencer? Para entender tal fenômeno, lancei mão das narrativas e registros relativos a ações individuais e coletivas durante o conflito e confrontei-as com as teorias sociológicas das agências, das práticas, das estratégias. Pude verificar, através das narrativas, relatos e observações, que aqueles três problemas sociológicos se deram em situação de emergência da “dimensão moral” do conflito, o que as influenciou. A luta do Morro da Vitória, a partir dessas ações, foi ganhando cada vez mais o caráter de luta por reconhecimento, estando conectadas as lutas e conquistas por espaço físico (terreno) e espaço político (ocupação e criação de arenas públicas).

V. Conclusões

Pude concluir que no conflito pesquisado, a luta pelo espaço e pela moradia é também uma luta ético-política pelo reconhecimento do direito de viver ali, ainda que em oposição às leis do mercado imobiliário e em contradição com a ambiguidade das leis e práticas do Estado. Essa dimensão moral do “reconhecimento”, além do interesse ou da necessidade que mobilizou os ocupantes, teve papel decisivo nos desdobramentos do conflito. Desdobramentos *definidos* por cada agência de indivíduos, coletivos, instituições envolvidas.

E a questão moral ganhou uma dimensão ainda maior com o padrão de violência estatal que surpreendeu, pois não havia ocorrido algo comum num curto raio de tempo-espaço que atingisse aquelas pessoas naquela *região*. Por outro lado, a “luta por reconhecimento” dos ocupantes se conecta a processos mais amplos, como o maior reconhecimento da luta por moradia e do “favelado” como portador de cidadania, além da maior abertura institucional à participação nas políticas sociais do Estado. Os ocupantes ao lutar por um interesse, um pedaço de terra, precisam conquistar legitimidade política para tal interesse, este deve ser reconhecido como direito. Há uma *dialética* entre luta material e moral – dupla dimensão econômica e política da luta.

Paralelo às práticas de resistência, como entrevistas, cordões humanos, barricadas, confrontações, dentre outras, surgiram iniciativas de organização: as reuniões, a criação da “Comissão”, a construção do “Barracão”. Assim, vai se constituindo o Morro da Vitória como “comunidade política”, a partir da qual surgem novos movimentos.

Na *luta*, além constituir socialidades e instituições, as pessoas se constituem enquanto agentes. Pois toda *ocupação*, além de ocupar um terreno ou qualquer espaço físico, é ocupação de espaço político. A ocupação, em qualquer contexto que aconteça⁷, “empodera” os ocupantes em processos de disputas e negociações, às vezes tão assimétricas que sem a ocupação nem existiriam. Bem como permite aos ocupantes participarem de arenas públicas (imprensa, reuniões com agentes públicos, audiências etc.), ou criar arenas próprias (assembleias, reuniões, comissões etc.), transformando as vidas de tais agentes, bem como do mundo social (mais ou menos imediato) no qual vivem.

Por isso, uma das questões centrais da luta do Morro da Vitória (como em qualquer “ocupação” de qualquer natureza) girou em torno da questão da dispersão ou não dos ocupantes. Essa é uma questão chave, mesmo numa ocupação transitória, como a ocupação de ruas por manifestantes, não dispersar é a condição de existência do próprio evento. Por outro lado, dispersar é a estratégia central de quem se opõe à ocupação. Vimos na pesquisa que o governo do Estado não tinha outra meta nessa relação conflituosa do que dispersar os ocupantes ou, em outra fase do conflito, transferi-los para outro terreno. Mesmo quando o governo cedia, como ao realizar um cadastramento dos ocupantes para alguns serem beneficiados pelo conjunto habitacional a ser construído, fazia-o insistindo que desocupassem o terreno. Foi notória nas narrativas a tentativa de transferir alguns ocupantes para um terreno próximo à Br-116, no bairro Barroso. Liduina considera um dos episódios mais acintosos da *luta*. Além, segundo ela e outras, de tentarem *comprá-las* para saírem do terreno.

Pudemos ver emergir no Morro da Vitória, a partir da ocupação, da “derrubada” e da luta:

- O conflito como terreno de superação da indiferença de autoridades do Estado e de setores da sociedade em relação àquelas pessoas.
- A solidariedade emergir como resistência numa situação de excepcionalidade.

⁷ Ocupação de escolas, universidades, de órgãos públicos, terrenos privados, de praças ou ruas.

- O engendramento de dispositivos de mediação onde antes não existia.
- A criação de formas de representação e mediação a partir da luta dos ocupantes - “Comissão organizadora”, associação comunitária, outras formas de “movimentos sociais”.
- A emergência de agentes mediadores novos na configuração política das “lideranças” da região e, mais ainda, em “esferas públicas” da sociedade.
- A ocupação de arena públicas institucionais e a criação de arenas públicas “populares” ou alternativas por parte de agentes que cumpriram papéis organizador e representativo na “luta”.

Referências bibliográficas

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: memória de velhos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**, 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e as classes sociais. In: **Bourdieu e a questão das classes**. CEBRAP: nº 96, 2013.

CICOUREL, Aaron. Theory and method in field research. In: **Method and measurement in sociology**. Nova York: The free press, 6ª ed. [39-72], 1969.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta**: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia/UFRJ Política, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2009.

SÁ, Leonardo. Reflexões sobre o trabalho de campo como empreendimento micropolítico. In: **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa**. Salvador, São Cristóvão: 2009.

SIMMEL, Georg. **La lucha**. Sociología 1: Estudios sobre las formas de socialización”. Ed. Alianza Editorial, Madrid, 1986.

STRATHERN, Marilyn. **The relation**: issues in complexity and scale. Cambridge – UK: Prickly Pear Press, 1995.

STRATHERN, Marilyn. **No limite de uma certa linguagem**. *Mana* 5(2): 157-175, 1999.